


“E A ESPÉCIE HUMANA?” TRAJETÓRIAS DE RESISTÊNCIA NA RESEX MÃE GRANDE DE CURUÇÁ NO PARÁ

 <https://doi.org/10.56238/arev6n4-021>

Data de submissão: 03/11/2024

Data de publicação: 03/12/2024

Karen Gabriely Sousa Santos

Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável (PPGDSTU/NAEA/UFPA/BR)

E-mail: karen.santos@naea.ufpa.br

Ligia Terezinha Lopes Simonian

Pós-Doutora pela Universidade da Cidade de Nova Iorque (CUNY)

Professora Titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA/BR)

E-mail: simonianl@gmail.com

RESUMO

As trajetórias de resistência na Resex Mãe Grande no município de Curuçá centralizam-se em discursos conflitantes de 3 interlocutores diferentes. Este artigo é fruto de um conjunto de pesquisas etnográficas realizadas no segundo semestre do ano passado, e teve como objetivo principal investigar o projeto “mães do mangue”, foram entrevistados duas mulheres marisqueiras e um pescador no município de Curuçá. Parte do título deste trabalho explicita uma inquietação dos usuários das Resexs “e a espécie humana? ”, essa fala foi de uma das entrevistadas da pesquisa que relatou que a entrada e saída de agências de fomento e universidades direcionam-se a pesquisas biológicas e com foco na biodiversidade marinha dos mangues. Contudo, nenhuma atenção é dada aos moradores e extrativistas que sobrevivem dos recursos naturais desses territórios. Como lente teórica utilizou-se o conceito de (re)patriarcalização do território desenvolvido por autoras equatorianas. A definição traduz as modalidades de violência entrelaçadas que se relacionam com a expansão do capital em áreas sócio ambientais protegidas pelo Estado.

Palavras-chave: Extrativismo, Gênero, Resistência, Desenvolvimento.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho é consequência de uma série de pesquisas desenvolvidas na reserva extrativista Mãe Grande, que fica localizada no município de Curuçá no Estado do Pará no ano de 2023. A investigação concentrou-se no projeto “Mães do mangue” liderado por mulheres marisqueiras, pescadoras e extrativistas da região. A perspectiva de gênero na reprodução e desenvolvimento da comunidade foram os motes da investigação. Em conformidade com Simonian (2018) as pesquisas de campo nas Resex revelam uma realidade nem sempre evidenciada pela legislação ambiental.

Foram identificados conflitos na exploração dos recursos naturais pelos usuários das Resex, seja em relação ao setor público que carece de estrutura e agentes especializados, seja na cultura predatória da extração de subsistência. A participação de associações e cooperativas tem fortalecida a demanda socioambiental do espaço. Políticas de transferência de renda com foco na perspectiva familiar e de gênero são escamoteadas, como o caso da “bolsa verde” e “bolsa escola” relatados pela moradora de Arapari em Curuperé, uma comunidade próxima ao mangue vocacionada a pesca.

De acordo com Maria de Fátima Vieira de Souza, 40 anos – uma das entrevistadas da pesquisa – a não possibilidade de acumulação da bolsa verde com o seguro defeso aumenta a vulnerabilidade financeira da família impactando na soberania alimentar e na sobrevivência. Com a escassez de peixe na região a pesca tornou-se mais difícil, obrigando pescadores a um deslocamento custoso para áreas mais distantes. Os impasses na gestão territorial pelas instituições públicas de controle se chocam com os interesses municipais e dos usuários da Resex. Na reserva Mãe Grande de Curuçá foram relatadas ações truculentas dos agentes do ICMBIO a pescadores curuçenses.

Os impactos relatados pelos interlocutores não atingiram apenas a atividade extrativista em si, mas também a saúde mental de pescadores que adoeceram por não manusearem a tarrafa e outros instrumentos de pesca. Um caminho encontrado na mediação desse conflito foi instituído em agosto de 2023. O Plano de Gerenciamento Costeiro Integrado de Curuçá (Gerco), sancionado pela prefeitura municipal de Curuçá prevê um conjunto de atividades de caráter participativa com o foco no uso sustentável e na qualidade de vida das populações extrativistas da Resex.

Dentre os principais objetivos está a gestão territorial pelo município, já que é um território de administração federal e implica na maneira em que a gestão de recursos e políticas públicas socioambientais serão manejadas e implementadas. (Estado do Pará, 2023). Os conflitos e tensões territoriais tem atingido substancialmente a criação de novas lideranças nas Resexs. Em busca de qualidade de vida e melhor perspectiva educacional há uma fuga dos jovens usuários das unidades de conservação às cidades próximas e mais estruturadas em termos de acesso a bens, serviços e direitos. Esse cenário desfavorece uma continuidade da vida extrativista, que não só garante um uso sustentável

dos recursos naturais, mas também cumpre o papel de resistência ao avanço do capital na região amazônica com a valorização econômica e socioambiental da floresta em pé.

As comunidades extrativistas da Amazônia Legal resistem ao avanço predatório do capital na região. Associações de pescadores, marisqueiras, coletores de castanhas, entre outros, têm continuamente se organizado na garantia da regularização de seus territórios. Isso a partir da valorização econômica, cultural, social e ambiental da floresta em pé. As Reservas Extrativistas (RESEX) resultam de um legado de mobilização liderado por seringueiros como Chico Mendes na década iniciada em 1980, como destaca Alegretti (2002) e Simonian (2008).

O surgimento das RESEX na perspectiva socioambiental de base comunitária foi fortemente influenciado pela participação sindical nas áreas mais profundas da Amazônia brasileira. Inicialmente, esse processo ocorreu na Amazônia Sul-Occidental, mas em seguida ele alastrou-se por toda a Amazônia brasileira. Inclusive presentemente, propostas para a criação de novas RESEX estão sendo articuladas.

Essa pesquisa foi construída a partir da disciplina “antropologia social” do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA). A antropologia do desenvolvimento não pode ser separada do desenvolvimento antropológico, tanto no que diz respeito ao trabalho de campo quanto à capacidade de teorização dos estudos etnográficos. Como ressaltam Gardner e Lewis (1996) ao invés de ficar presa nos discursos dominantes do desenvolvimento, a antropologia do desenvolvimento tem que ser usada para desafiar seus principais pressupostos e representações.

Ainda segundo Gardner e Lewis (1996) a dicotomia entre “conhecimento para compreensão” e “conhecimento para ação” é equivocada. De fato, essas possibilidades no trato do desenvolvimento estão sempre interrelacionadas. Mas o que se configura como essencial nos termos de Simonian (2007) é incluir a perspectiva dos extrativistas e agroextrativistas – no caso, da Amazônia brasileira – nas discussões, nas análises e no encaminhamento das políticas e ações relativas ao desenvolvimento.

O intento do trabalho concentra-se na resistência local às atividades de desenvolvimento, o que contradiz noções estáticas e dualistas de tradicional e moderno. O aporte teórico-conceitual desenvolve-se a partir de uma pesquisa de campo no município de Curuçá, na Reserva Extrativista Mãe Grande. Ela é uma Unidade de Conservação de administração federal no bioma Amazônia de Marinha Costeiro. A reserva dispõe de uma área de 37.062,00ha, instituída pelo decreto nº 4340 em 22 de agosto de 2002 (Curuçá, 2023). O órgão gestor é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO).

Além do decreto, a gestão da unidade dispõe de cinco portarias instituídas entre os anos de 2005 e 2020. Bem como, duas concessões de uso, uma entre órgãos governamentais e outra de

concessão para a comunidade que vive do extrativismo. A concedente é o ICMBIO e a concessionária é a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá (AUREMAG). Uma das entrevistadas desse estudo é a senhora Sandra Regina Gonçalves, liderança da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM) e representante da AUREMAG.

O foco da investigação surgiu a partir da ampla divulgação do projeto “Mães do Mangue” patrocinado pela agência internacional Purpose. A agência de impacto social intermedia ações de responsabilidade e sustentabilidade entre empresas privadas e comunidades em pelo menos em sete países do mundo. O “Mães do Mangue” surge do financiamento e parceria entre Purpose e Rare Brasil. Esta última se intitula como um grupo de liderança global, na mudança da relação entre o ser humano e a natureza, com foco em projetos de aquicultura.

De acordo com o site institucional, a Rare direciona seus esforços para o estado do Pará, por este concentrar a maior quantidade de pescadores artesanais estimada do Brasil, com cerca de 224 mil pescadores ou 25% dos pescadores no país. A pesquisa de campo dispõe de duas entrevistas realizadas no município de Curuçá, mesorregião do Marajó e sede da microrregião de Salgado, entre os dias 25 e 27 de agosto desse ano. As ações de empoderamento de mulheres marisqueiras, discursos e conflitos foram o mote do trabalho.

A perspectiva teórica do capítulo caminha pelos modos de resistência das mulheres da floresta e das águas. Por isso, utilizou-se a visão conceitual de Garcia-Torres et al (2023) que constroem cinco dimensões da (re)patriarcalização do território: a) política; b) econômica; c) ecológica; d) cultural; e) corporal. A primeira diz respeito aos sujeitos políticos que tem o poder de implementar projetos extrativistas de desenvolvimento no território, essa dimensão expõe a hierarquia de gênero predominante nas instâncias políticas, no qual as mulheres têm presença insuficiente ou voz inaudível.

A não possibilidade de acumulação da bolsa verde com o seguro defeso aumenta a vulnerabilidade financeira da família, impactando na soberania alimentar e na sobrevivência. Com a escassez de peixe na região, a prática tornou-se mais difícil, obrigando pescadores a se deslocarem para áreas mais distantes o que encareceu os custos de deslocamento. Conforme o Índice de Progresso Social da Amazônia (IPS) (2023) Curuçá aparece na posição de número 252 entre os municípios da Amazônia legal. De acordo com o relatório, a “violência contra a mulher” e a “vulnerabilidade familiar” possuem altos percentuais que correspondem a violações de direitos dos usuários da RESEX Mãe Grande de Curuçá.

2 METODOLOGIA

A pesquisa de campo de abordagem etnográfica supõe que o escrever é tão fundamental quanto o olhar e o ouvir (OLIVEIRA, 1996). As interpretações construídas orientaram-se na realidade dos mangues e sua conjuntura espacial de sociabilidade. Como enfatiza Simonian (2018), as pesquisas de campo nas RESEX apresentam uma realidade nem sempre evidenciada pela legislação ambiental. Os conflitos na exploração dos recursos naturais pelos usuários dessas Unidades de Conservação de Uso Sustentável são constantes.

Consideradas como nova modalidade de ocupação nos termos de Batista e Siomian (2013), na RESEX Mãe Grande de Curuçá vislumbrou-se a partir dos programas de crédito, novos insumos voltados às atividades produtivas e a dignidade das famílias da região, o que demarca um território em disputa. As lideranças femininas atraem a atenção de ONG e agências de fomento ambiental, sendo os trechos das entrevistas a seguir de duas mulheres residentes nessa RESEX. Uma, a Sandra Regina Gonçalves (Imagem 1) é liderança da CONFREM e da AUREMAG e uma das idealizadoras do Projeto “Mães do Manguê”. A segunda interlocutora é Maria de Fátima Vieira de Souza (Imagem 2), marisqueira e pescadora da comunidade de Arapuri em Curuperé/Curuçá.

Imagem 1- Pesquisadoras Karen Santos e Ligia Simonian e com a entrevistada Sandra Gonçalves (imagem com referência nominal da direita para esquerda)



Fonte: Arquivo pessoal, Santos e Simonian, 2023.

Note-se que o uso da fotografia histórica e/ou atual tem sido considerada e utilizada na produção científica desde a segunda metade do século XIX. Também, essa questão vem sendo trabalhada na Antropologia Visual e na Etnofotografia desde então e no sentido de evidenciar os

simbolismos e os significados das imagens fotográficas. (Simonian, 2007). Aliás, sobre a RESEX Mãe Grande e o município de Curuçá, existe toda uma produção artística e fotográfica, com destaque para o Dr. Alexandre Sequeira, a Dra, Ligia Simonian e para o Museu Virtual de Curuçá, este organizado pelo historiador Paulo Henrique.

O reconhecimento da inserção histórica da etnografia vem crescendo nas últimas décadas. Isso está associado ao recente surto de autocrítica e reflexividade da antropologia, e a críticas mais amplas à maneira como a erudição ocidental apresentou "outros" atemporais e a-históricos. É amplamente reconhecido que a cultura não existe em um vácuo, mas é determinado por, e por sua vez determina, contextos políticos e econômicos historicamente específicos.

Outras vozes foram trazidas na contextualização da pesquisa, duas delas residiam na comunidade Curuperé em Arapuri que fica distante do centro de Curuçá. Uma delas é Maria Souza, marisqueira desde os 16 anos de idade, mãe de 7 filhos. A marisqueira relatou-nos sobre as dificuldades de viver apenas da pesca e da mariscagem na região, e do difícil acesso aos programas sociais direcionados aos trabalhadores do campo. Maria nos contou ainda, sobre a extração da raiz do mangue por uma empresa de cosméticos, que tem cooptado pescadores da comunidade.

O pescador Nilson Monteiro, marido de Maria Souza também participou da entrevista e relatou um cenário conflituoso de exploração da mão de obra de pescadores por uma empresa de cosméticos nacional. O discurso de entrada da empresa na Reserva Extrativista seria de reflorestamento e até agora nenhuma ação nesse sentido foi realizada, apenas a de extração da Raiz do Mangue.

Imagem 2 - Pesquisadoras Karen Santos e Ligia Simonian e com a entrevistada Maria Souza na comunidade Curuperé em Arapuri



Fonte: Arquivo pessoal, Santos e Simonian, 2023.

3 ARTICULAÇÃO TEÓRICA

A concepção de “repatriarcalização do território” mobilizada neste trabalho dialoga com o retorno do discurso desenvolvimentista do neo-extrativismo para a Amazônia sob o contexto de reprimarização das economias latino-americanas. Os projetos de valorização econômica desse território em disputa atingem com maior brutalidade corpos feminizados que veem seus territórios expropriados de si e de suas subjetividades. (Garcia-Torres et al, 2023).

Repatriarcalizar o território caminha com a reprimarização das forças produtivas por meio de megaprojetos neo-extrativistas. Isto quer dizer que, a cada nova crise do capitalismo que converge em uma nova capacidade de adaptação a cristalização da desigualdade de gênero é agudizada na reificação de modelos patriarcais de família. Em governos progressistas por mais amplas e inclusivas que determinadas políticas sociais possam ser, elas não conseguiram eliminar o conglomerado opressivo de classe, gênero, raça, orientação sexual etc. (Garcia-Torres et al, 2023)

No modelo neoextrativistas que avança sobre reservas federais no Brasil o espólio dos afetos é dividido entre corpos que cuidam de outros corpos que são explorados. Como discutido pelas autoras o conceito de repatriarcalização do território é o modo de nomear o entrelaçamento de violências nos territórios tradicionalmente ocupados por uma comunidade que maneja o extrativismo como “bem-viver” (Gudynas e Acosta, 2011).

Os autores destacam cinco dimensões imbricadas na repatriarcalização do território: a) política; b) econômica; c) ecológica; d) cultural; e) corporal. Juntas formam um mecanismo interseccional de percepção das violências em territórios explorados pelo neoextrativismo. A dimensão política salienta os privilégios de determinados sujeitos na construção do poder decisório, Estado, empresas nacionais e transnacionais ditam o controle político dos projetos de exploração dos recursos naturais. A maneira de persuasão dessas instituições promove a desarticulação coletiva dessas comunidades.

A dimensão econômica reordena as economias locais, substitui a coleta de subsistência por uma lógica de mão de obra masculina assalariada. De acordo com Campanario Baqué e García Hierro (2013) os homens nessa comunidade começam a trabalhar em cargos temporários, não qualificados e muitas vezes em condição de exploração. As mulheres por sua vez são excluídas do processo de coleta uma vez que o modelo de exploração se centraliza na força produtiva masculina.

Excluídas dos empregos e da subsistência a partir dos recursos naturais as mulheres são apartadas de sua autonomia e ficam reféns dos salários de seus maridos. Como destaca Federice (2019) “a família é essencialmente a institucionalização do nosso trabalho não assalariado, da nossa dependência não assalariada dos homens e, conseqüentemente, a institucionalização da divisão desigual do trabalho...” (Federice, p.73, 2019). O neoextrativismo contribui para agudizar as

diferenças estruturais de sobrevivência entre mulheres e homens no espaço das comunidades como na Reserva Extrativista Mãe Grande em Curuçá no Pará.

No âmbito da dimensão ecológica um dos impactos destacados pela teoria é a ruptura com os ciclos de reprodução da vida, rios poluídos, solos contaminados, desmatamento. A subsistência dentro da RESEX fica ameaçada. Nesse ponto, é crucial distinguir o extrativismo como subsistência e extrativismo de commodities realizados por empresas transnacionais. A primeira relaciona-se com o decreto pela União para garantir a proteção dos manguezais e dos territórios (político-administrativo, físico-ambiental, socioeconômico e cultural) das comunidades tradicionais. (Associação dos usuários das reservas extrativistas marinhas do estado do Pará – AUREMS, 2023).

A segunda se enquadra na concepção de exploração indiscriminada dos recursos naturais, prioriza a reprimarização do território e esvazia a concepção de subsistência da comunidade. É esse extrativismo de commodities o responsável pela captura do trabalho gratuito e subvalorizado realizado pelas mulheres. Na dimensão cultural, o discurso da fartura de mão de obra atrai uma massa pessoas que passam a ocupar e reconfigurar o território. As dinâmicas de relacionamento transformam o lazer e os espaços de convivência em lugares masculinizados propícios ao consumo de bebidas alcóolicas e ao consumo da prostituição de corpos femininos.

A dimensão corporal congrega a extensão do território por meio das subjetividades que o habitam. A violência de instituições externas na captação dos recursos naturais disciplina e impõe sanções que reverberam nas comunidades tradicionais. O agravamento de estereótipos sexistas, racistas, capacitistas, classistas denotam o controle nocivo sobre os corpos a partir do neoextrativismo. As dimensões conglomeradas da repatriarcalização apontam para um movimento perigoso na América Latina, o de reconfiguração das relações de poder em função de megaprojetos extrativistas.

Como destacado por García-Torres, Vázquez, Hernández e Jiménez (2023): “o conceito de repatriarcalização do território procura desenvolver a ideia de que: capitalismo, colonialismo e patriarcado estão intrinsecamente relacionados”. A RESEX Mãe Grande em Curuçá no estado do Pará é um retrato de um território em processo de “repatriarcalização”, dessa maneira interseccionar as opressões e violências é uma estratégia para pensar a transição para uma sociedade pós-extrativista e/ou no fortalecimento do extrativismo de base comunitária.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A igualdade de gênero é uma das metas da quinta ODS, e por isso, é interessante atentar-se para o contexto de inclusão de atores sociais antes marginalizados. As “ações afirmativas para as mulheres dos povos e comunidades tradicionais”, faz parte das atividades do projeto “Direitos humanos das

mulheres indígenas e quilombolas: uma questão de governança! ”, que atualmente é financiado pela Iniciativa Internacional da Noruega para o Clima e as Florestas, do Governo da Noruega.

Dessa maneira, o gênero é fator relevante ao ser relacionado com o desenvolvimento de um país, seja por se conectar com o alcance dos direitos civis e políticos ou por enfatizar as taxas de direito social e econômico. É indiscutível na literatura sobre desenvolvimento humano que o investimento nas mulheres e a sensibilidade ao gênero oferece um caminho a longo prazo. E segundo Alaei, Akgüngör, Chao W-F et al. (2017) e Rankin (2001), isso ocorre principalmente em relação à saúde, a educação e o desenvolvimento local.

O projeto “mães do mangue” surge a partir de uma proposta intermediada pela Rare Brasil entre a agência Purpose e a Sandra Gonçalves da AUREMAG de Curuçá. A Rare desde 2017 desenvolve pesquisas sobre o pescado e o camarão na RESEX Mãe Grande. A partir de 2019, o grupo começou a instrumentalizar a Associação incentivando um “clube de poupança” na comunidade. Sobre o Projeto “Mães do Mangue”, Sandra Gonçalves ressaltou que: “E aí a Monique me ligou, ela disse “Sandra” tem uma ONG elas são só de mulheres, não tem homem dentro da ONG, o nome é Purpose elas querem ser madrinhas de vocês”. (Gonçalves, 2023)

Sandra Regina (2023) pontuou que toda e qualquer ação desenvolvida na RESEX por grupos ou instituições de fora devem dar um retorno à comunidade:

O que é que a gente está mais discutindo né, que realmente quem está fazendo os estudos que faça a devolutiva dentro do processo para comunidade onde você está fazendo o trabalho, para a Associação está dando espaço e no conselho que é o lugar maior. O que importa é a base, a base que está ali, eles que são os guardiões, eles que protegem, no dia a dia.

Os guardiões referidos pela Sandra são as marisqueiras, pescadores e demais comunidades tradicionais que vivem e sobrevivem da RESEX. A liderança ressaltou a maneira em que os laços foram estreitados com a RARE. (Gonçalves, 2023)

[...] nós conhecemos a rare em 2012, nós conhecemos Rare lá no Rio de Janeiro e a Rare foi e pediu uma reunião com o ICMbio e fez um termo de cooperação técnica com o ICMbio e com a CONFREM nacional para descer para a instituição. Aí foi feito todo esse processo e nós ficamos aguardando, aí eles optaram pelo pelos seis Estados. Sendo que dois eram da Amazônia legal e os três já não eram da Amazônia Legal. Que já pegava Santa Catarina, só que o início da “Rare” aqui eles começaram assim com a pesquisa. Fazendo um Trabalho aqui em Curuçá com o camarão, com uma espécie. E aí começamos a questionar assim, não, vocês começaram errado não era, para vocês terem começado com essa espécie. Era para terem começado sim, mas com a espécie humana, começar um processo todo com os humanos, no caso quem degrada não é caranguejo não é o camarão, somos nós humanos. Somos nós que fazemos a pesca totalmente errada, somos nós que muitas das vezes fazemos a pesca predatória porque essa foi a cultura que saiu de pai para filho e hoje ainda existe essa cultura, então não era dessa forma para ter começado, foi embate.

A liderança ressaltou a entrada da agencia de maneira lateral, no que diz respeito ao desenvolvimento dos moradores da comunidade. Essa percepção revela que, a entrada nas RESEX se dá em função da natureza e da biodiversidade que habitam os mangues. Instituições de pesquisa, de estudo e desenvolvimento concentram-se na espécie animal e nos potenciais recursos residentes no maretório¹, o que escamoteia a comunidade e as necessidades de aprendizado. Como ressaltado por Sandra existe uma cultura arraigada no manejo dos animais, e que fere o ideal de sustentabilidade reafirmados no mundo. A educação ambiental voltada à comunidade seria uma das formas de desenvolvimento local e comunitário nas palavras dela.

Sandra (2023) compartilhou a instrumentalização do pescado realizada pela agencia a partir de um aplicativo de monitoramento da economia familiar. Não foi questionado quem era o desenvolvedor do aplicativo e se a Rare teria acesso aos dados privados de cada pescador. Identificar isso na pesquisa torna-se relevante pois o monitoramento individual de algum modo chega como informação a agencia. De acordo com Sandra, o Estado nunca apresentou essa alternativa tecnológica de controle do escoamento da pesca no município, e que para eles era um ganho importante. Fora o aplicativo o clube de poupança também é uma ação coordenada desenvolvida pela Rare no município.

O projeto, de acordo com a entrevistada, se configura em uma rede de pessoas – principalmente mulheres – que se reúnem para conjuntamente guardar dinheiro em uma espécie de “caixinha”. Quando perguntada sobre de quem foi a ideia do clube de poupança Sandra (2023) foi taxativa “Foi esse grupo da rare, já veio de lá com ideia, aí vai até 50 reais o valor individual. Tem o poupar dinheiro individual e tem um poupar coletivo que é o do lanche da reunião, se eu poupo 10 reais no individual aí eu poupo cinco para o coletivo” (Gonçalves, 2023).

A partir daí indaga-se por quê o gerenciamento da pesca possui recursos tecnológicos no monitoramento e escoação da produção, mas o clube de poupança é gerenciado exclusivamente pelas lideranças femininas e organizado de modo manual? A palavra empoderamento, por exemplo, surge a todo momento durante a entrevista. A partir dessa lógica a pesquisadora Katharine Rankin (2001) faz a seguinte pergunta ao analisar o microcrédito voltado mulheres agricultoras do Nepal: “how can microcredit then operate as a governmental strategy through which this particular political rationality is exercised on the social body?” (Rankin, p.352, 2023).

Como pensar a ruptura da hierarquia de gênero a partir de uma política que delega ao mercado o empoderamento econômico e consequentemente social? A luz do recurso do microcrédito a

¹ Denominação dada pela comunidade aos movimentos das “mares”. O território é classificado de maretório pois é atingido pelas marés.

subjetividade particularmente feminina seria a responsável pelo desenvolvimento coletivo de uma sociedade civil. Ainda de acordo com Sandra (2023):

Aí quando foi em 2021 uma coordenadora de uma, também de uma associação, que ela se diz empresa elas são só de mulheres e aí elas conheceram a presidente a Monique Galvão, e elas perguntaram a Monique se ela não conhecia grupos de mulheres que elas queriam ajudar de alguma forma. Eles não iriam dar o dinheiro por dar o dinheiro, eles queriam que aquele dinheiro fosse investido em alguma coisa, e aí ela disse que ela tinha 12 filhas, porque ela se dizia mãe das Resexs.

A ideia do “dar dinheiro por dar” como ressaltado destaca o investimento que a “agência Purpose” fez na RESEX a partir da liderança e da história de vida das mulheres marisqueiras. Ao financiar o projeto a agência teria – como de fato teve – acesso aos resultados do investimento e utilizaria – como de fato utilizou – as imagens de execução. Bem como a construção de relatórios de reponsabilidade social compartilhados com a empresas que comprem o serviço da agência.

Durante a entrevista a presidente da AUREMAG destaca que liderou durante a execução do projeto 700 mulheres das 12 Reservas Extrativistas da região. A campanha “Mães do mangue” foi definida pelas lideranças femininas da Reserva e expressou a atuação das mulheres na proteção do maretório. A definição do nome e do projeto demarcou a atuação e o investimento da agência internacional. Dessa maneira, um livro de receitas desenvolvida nas 12 unidades foi produzido, a produção traz fotografia e texto culinário sobre a cultura alimentar nas unidades a partir da extração de mariscos, camarão, caranguejo, sarnambi, turu e demais outras espécies que demarcam a sobrevivência nos mangues da Amazônia.

A produção foi conduzida por entrevistas, filmagens e montagens dos cardápios em cada unidade, e o investimento foi feita atrelado a uma mútua divulgação de acordo com a Sandra, isto é, a agência divulgou os livros e a produção de minidocumentários em seu site institucional e as mulheres das 12 RESEX estabeleceriam uma parceria duradoura com a agência vinculando a imagem do projeto à responsabilidade social e sustentabilidade das empresas gerenciadas pela “Purpose”.

O projeto teve como resultado o lançamento de um livro de receitas, a criação de uma logo e a gravação de um minidocumentário sobre “mulheres no mangue”. As imagens e evidências do projeto são utilizadas como propaganda por empresas parceiras da Purpose e da Rare. É necessário considerar como é transversalizada a perspectiva de gênero em ações de responsabilidade social pela iniciativa privada desde os acordos, pactos e convenções em favor dos direitos das mulheres.

O conceito de “empoderamento” e o esvaziamento dado a ele com o mote de operacionalizá-lo é um exemplo dessa transversalização instrumental. De acordo com Berth (2019) o termo “empowerment” foi criado pelo sociólogo americano Julian Rappaport em 1977 e de modo simples

significaria “ganhar a liberdade e poder fazer o que você quer ou controlar o que acontece com você”. (Berth, p.184, 2019). Note-se, no entanto, que um termo mais próximo com o que ocorre na sociedade amazônica é fortalecimento.

A presença da agencia na comunidade levou as autoras a uma nova interlocutora, a dona Maria Souza² de uma localidade distante do centro de Curuçá. Ela compartilhou por meio de uma entrevista gravada sobre um projeto de extração da raiz do mangue capitaneado por uma empresa de cosméticos, e que tem cooptado pescadores da Região diariamente. O discurso de entrada da empresa na Reserva Extrativista seria de reflorestamento e até agora nenhuma ação nesse sentido foi realizada, apenas a de extração da Raiz do Mangue.

Nos termos de Maria de Curuperé, a associação está atuando junto com empresa em questão. O esposo de Maria, o senhor Nilson Monteiro tem trabalhado com a empresa e compartilha “essa questão da extração da raiz do mangue, eles chegam pela manhã, não pagam nenhuma diária. O discurso de reflorestamento será a partir da extração.”³ De acordo com o pescador ele está fazendo parte pois tem curiosidade:

[...] na hora que dê para barrar ele será o primeiro a ser realista e dizer que não vai dá certo. Até porque nós fizemos um experimento com a “ponteira” e ela não se regenera. O Mangueiro, a raiz aérea se recompõe, mas aí temos que ver quanto tempo essa raiz vai demorar para se recompor. Daí a auremag fechou um projeto de 3 anos com essa empresa, daí eles buscaram os pescadores para trabalhar junto, ganhando uma diária de 90 reais trabalhando de 07h da manhã até 17h da tarde para ganhar isso? É um sacrifício. Começou com 5kg, 7kg, a última foi a extração de 22kg. E já estão se falando em extrair em uma tonelada, e uma tonelada e meia. O icmbio está dentro, a Sandra está dentro. “Então os poderosos aqui estão articulados e devastam o mangue dentro das suas propriedades, agora vai um pescador como eu agarrar 30 caranguejos no período de para o sustento da minha família, eles vêm logo me prender ou me desmoralizar perante a comunidade.

Nilson reafirma que o pessoal do centro é “colonizado” e que os moradores das comunidades mais distantes como Curuperé vivem à mercê das decisões da associação que administra a RESEX. Ainda de acordo com Maria de Fátima Vieira de Souza – marisqueira e pescadora entrevistada na comunidade de Arapuri em Curuperé – a escassez de peixe é uma realidade frequente na região. A economia familiar se sustenta pelos auxílios governamentais, seja a bolsa escola ou seguro defeso. Mãe de sete filhos, essa interlocutora retrata a dificuldade do extrativismo de camarão e da pesca ultimamente.

² SOUZA, M. de F. V. de. Entrevista concedida à Ligia Terezinha Lopes Simonian e Karen Santos, a respeito da pesca e da mariscagem em Curuperé. Curuçá, 26 agosto. 2023. Não paginado. (Anotações das autoras, arquivo pessoal).

³ MONTEIRO, Nilson. Entrevista concedida à Ligia Terezinha Lopes Simonian e Karen Santos, a respeito da pesca e da mariscagem em Curuperé. Curuçá, 26 agosto. 2023. Não paginado. (Anotações das autoras, arquivo pessoal).

Ao ser questionada sobre a variabilidade de peixe na RESEX, Maria respondeu que “[...] tem de tudo, mas agora está numa época ‘vasqueira’⁴. Agora a gente pega mais para comer e vende dois, três quilos e olhe lá” (Souza, 2023). Sobre o auxílio governamental, Souza (2023) expôs dificuldades em acessar as políticas de redistribuição de renda; e quando perguntada se recebia algum auxílio do Estado ela respondeu: “[...] recebo e não recebo, tipo assim, a gente recebe seis meses de seguro defeso, quer dizer, foi o primeiro ano que a gente recebeu o seguro defeso. Aí recebe defeso e corta a bolsa” (Souza, 2023).

A fala da marisqueira retrata a dificuldade de várias famílias que dependem do extrativismo nos mangues. Durante a entrevista, ela contou que trabalha na pesca e na “mariscagem” desde os 16 anos de idade. Aos 40 anos, pela primeira vez ela e a família tiveram acesso ao seguro defeso, política essencial na sobrevivência de comunidades que vivem da pesca artesanal no período da piracema. Maria relatou ainda que boa parte do bolsa família é investida na educação formal dos filhos para que não vivam da pesca como os pais.

5 CONCLUSÕES

Na RESEX Mãe Grande de Curuçá, no que se refere à dimensão política de “repatriarcalização” território, percebeu-se o confronto político entre lideranças masculinas tradicionais, e que permitem a entrada de grandes empreendimentos no município. Em algumas sondagens etnográficas realizadas no território, a seguinte frase foi ouvida: “ela está empoderada” –, essa frase na maioria das vezes era destinada para se referir à Sandra Gonçalves, liderança da AUREMAG. Essa perspectiva apresenta um choque de interesses tipicamente patriarcais no interior da RESEX.

Na dimensão econômica, o processo de reestruturação econômico foi o que se destacou das cinco dimensões, a exploração da mão de obra de pescadores na extração da raiz do mangue como relatada por Nilson Monteiro exemplifica a precarização do trabalho assalariado com o foco na reprimarização dos recursos naturais na área. A partir disso, o papel da “Rare” no território coloca-se como questionamento: se pescadores e marisqueiras estivessem em condições de segurança econômica a agência estaria tão presente? A presença da instituição converge com o contexto de vulnerabilidade da comunidade.

Na mesma proporção que o elemento econômico desponta, a dimensão ecológica se fundamenta na fala de Nilson e Maria da comunidade de Curuperé; nestes termos, a extração da raiz do mangue por uma empresa de cosméticos revela a expansão do neoextrativismo de commodities. O discurso de reflorestamento da empresa encobre a degradação do espaço. Quanto ao aspecto cultural e

⁴ Significa escassez

corporal um dos principais impactos captados é o vazio corporal e cultural, o investimento educacional nos jovens da RESEX seria a fuga do território em busca de qualidade de vida e dignidade. A valorização do trabalho reprodutivo com a educação dos filhos é a maneira que mulheres encontram para fazer ecoar a própria voz.

A participação de mulheres amazônidas – indígenas ou não indígenas – é escassa na construção de programas e projetos de desenvolvimento na região. E quando são incluídas na construção de políticas públicas, nota-se que prevalece uma perspectiva de essencialidades e idealizações do ser mulher. A exemplo, a “Rede Mães do Mangue” traduz uma participação reificada a partir do gênero, da maternidade como a característica do cuidado.

Contudo, destaca-se a escolha do nome pelas próprias mulheres do “maretório”, que tem construído a noção de desenvolvimento local a partir da perspectiva coletiva que representa seus anseios e escolhas. Como ressalta D’Incao (1997) a sociedade amazônica passou pelo processo avesso da modernização. Quer dizer que o efeito dos projetos de desenvolvimento implementados pelo Estado incorre em desapropriação de espaços e de redes sociais, culturais e ambientais, sem a contrapartida da reinserção concomitante em novos espaços.

REFERÊNCIAS

- ALAEI K, AKGÜNGÖR S, CHAO W-F, et al. Cross-country analysis of correlation between protection of women's economic and social rights, health improvement and sustainable development. *BMJ Open* 2019;9:e021350. doi:10.1136/bmjopen-2017-021350.
- ALLEGRETTI, M. H. A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. Brasília, Tese (Desenvolvimento Sustentável) – UNB, 2002.
- ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS DO ESTADO DO PARÁ – AUREMS (Pará) (org.). Os caminhos para o bem viver: demandas das reservas extrativistas costeiras e marinhas do estado do Pará (2023-2025). Belém: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2023. 49 p.
- BATISTA, I. M. da S.; SIMONIAN, L. T. L. Implicações políticas, econômicas e socioambientais da RESEX Mãe Grande de Curuçá: perspectivas de desenvolvimento sustentável no estuário paraense? *Novos Cadernos: NAEA*, Belém, v. 16, n. 1, p. 203-2020, jun. 2013. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1325>. Acesso em: 28 ago. 2023.
- BERTH, J. Empoderamento/ Joice Berth. – São Paulo: Sueli Carneiro ; Pólen, 2019. p. 184 (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).
- CAMPANARIO BAQUÉ, Y. & P. GARCÍA HIERRO. Empresas domiciliadas en países ratificantes del convenio 169-OIT operando en territorios de pueblos indígenas en Perú. El caso de la empresa española Repsol. Perú-Equidad/CODPI; en <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/es>.
- CURUÇÁ, Reserva Extrativista Mãe Grande de. Unidades de Conservação no Brasil: <<https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/3469>> Acesso em: set. 2023.
- D'INCAO, M. Â. Mulher e modernidade na Amazônia. In: ÁLVARES, M. L. M. et al. *Mulher e Modernidade na Amazônia*. Belém: Gepem/Cfch/Ufpa, 1997. Cap. 22. p. 4-383.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.
- GARCÍA-TORRES, Miriam; VÁZQUEZ, Eva; HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón. Extrativismo e (Re)Patriarcalização dos Territórios. In: HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón. *Corpos, territórios e feminismos: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas*. São Paulo: Elefante, 2023. Cap. 1. p. 31-50. Tradução de: Joana Emmerick Seabra, Joana Salém Vasconcelos, Lina P. Machado Magalhães, Manuela M. M. Silveira, Sislene Costa da Silva.
- GARDNER, K.; LEWIS, D. The anthropology of development. In: EDELMAN, M.; HAUGERUD, A. (Ed.). *Anthropology, development and the post-modern challenge*. London: Pluto Press, 1996. p. 50-76.
- GONÇALVES, S. R. Entrevista concedida à Ligia Terezinha Lopes Simonian e Karen Santos, a respeito do Projeto Mãe do Mangue. Curuçá, 25 agosto. 2023. Não paginado. (Anotações das autoras, arquivo pessoal).

GUDYNAS, E.; ACOSTA, A. La renovación y la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. Revista CEPAL y Praxis Latinoamericana. Venezuela, Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad del Zulia, Año 16, n°. 53, p. 71-83, abr.-jun. 2011.

MONTEIRO, Nilson. Entrevista concedida à Ligia Terezinha Lopes Simonian e Karen Santos, a respeito da pesca e da mariscagem em Curupeté. Curuçá, 26 agosto. 2023. Não paginado. (Anotações das autoras, arquivo pessoal).

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. Revista de Antropologia. São Paulo, USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

RANKIN, K. N. Governing development: neoliberalism, microcredit, and rational economic woman, Economy and Society, 30:1, 18-37, 2001. DOI: 10.1080/03085140020019070.

SANTOS, D.; LIMA, M.; WILM, M.; SEIFER, P.; E VERÍSSIMO, B. Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira – IPS Amazônia 2023. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), 2023.

SIMONIAN, L. T. L. Políticas públicas e participação social nas Reservas Extrativistas amazônicas: entre avanços, limitações e possibilidades. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v. 48, n. 1, p. 118-139, 30 nov. 2018. Semestral. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v48i0.58920>.

SIMONIAN, L. T. L. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: ARAGÓN, E. (Org.). População e meio ambiente na Pan-Amazônia. Belém, NAEA-UFPA. 2007. p. 25-44.

SIMONIAN, L. T. L. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. In: KAWHAGE, C.; RUGGERI, S. (Org.). Imagens e pesquisa: ferramentas de compreensão da realidade amazônica. Belém: Alves Gráfica e Editora, 2007, p. 15-52. [Fotografias].

SIMONIAN, L. T. L. Mulheres da Amazônia brasileira: entre trabalho e a cultura. Belém: UFPA/NAEA, 2001. 270 p.

SOUZA, M. de F. V. de. Entrevista concedida à Ligia Terezinha Lopes Simonian e Karen Santos, a respeito da pesca e da mariscagem em Curupeté. Curuçá, 26 agosto. 2023. Não paginado. (Anotações das autoras, arquivo pessoal).

VEGÈS, F. Uma teoria feminista da violência. Traduzido por Raquel Camargo – São Paulo: Ubu Editora, 2021.